

PREFEITURA DE  
ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

**LEI MUNICIPAL Nº 4.072, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.**

*Cria o Fundo Municipal da Juventude.*

**GIL MARQUES FILHO**, Prefeito, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 53, letra h, da Lei Orgânica do Município.

**FAÇO SABER** que a CÂMARA DE VEREADORES aprovou e eu sanciono a seguinte

**LEI:**

**Art. 1º** Fica criado o Fundo Municipal da Juventude, instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de planos, programas, projetos e ações voltadas aos jovens do Município de Itaqui.

**Art. 2º** Constituirão receitas do Fundo Municipal da Juventude:

- I – recursos provenientes de órgãos da União e do Estado, vinculado à Política Nacional e Estadual da Juventude;
- II – transferências do Município;
- III – as resultantes de doações do setor privado, pessoas físicas ou jurídicas, inclusive, permitindo que estas sejam deduzidas do Imposto de Renda;
- IV – rendimentos eventuais, inclusive de aplicações financeiras dos recursos disponíveis;
- V – as advindas de acordos e convênios;
- VI – contribuições dos governos e organismos estrangeiros e internacionais;
- VII – resultado de aplicações de organismos estrangeiros e internacionais;
- VIII – resultado de aplicações no mercado financeiro;
- IX – outros recursos que lhe forem destinados.

**Art. 3º** A Gestão do Fundo competirá à Coordenadoria Municipal da Juventude e ao Município de Itaqui, sendo que os recursos terão sua destinação liberada por meio de projetos, programas e atividades aprovadas pelo Conselho Municipal da Juventude.

§ 1º Será aberta conta bancária específica em instituição financeira oficial, sob a denominação FUNDO MUNICIPAL DA JUVENTUDE, para movimentação dos recursos financeiros do Fundo, sendo elaborado balancete demonstrativo da receita e da despesa, que deverá ser publicado na imprensa oficial, após apresentação e aprovação do Conselho Municipal da Juventude.

§ 2º Caberá ao Coordenador Municipal da Juventude e ao Prefeito a administração do Fundo, sob a orientação do Conselho Municipal da Juventude, cabendo-lhes:

- I – solicitar a política de aplicação de recursos ao Conselho Municipal;
- II – submeter ao Conselho Municipal demonstrativo contábil da movimentação financeira do Fundo;
- III – assinar cheques, ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo;
- IV – outras atividades indispensáveis para seu gerenciamento.

**Art. 4º** Os recursos do Fundo serão destinados à realização das seguintes despesas:



PREFEITURA DE  
ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

I – financiamento total ou parcial, com ou sem contrapartida, de planos, projetos, programas e atividades relacionadas as políticas públicas para a juventude, inclusive ao objeto de convênio ou termos de cooperação ou parceria.

II – o repasse de recursos a entidades governamentais e não-governamentais encarregados da implementação de políticas destinadas ao jovem, obedecida a legislação federal e estadual pertinente e sem prejuízo do exercício das competências conferidas por lei exclusivamente aos órgãos e instituições encarregados da proteção à infância e adolescência;

III – o pagamento pela prestação de serviços destinada à sua operacionalização;

IV – aquisição de equipamentos, material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das atividades a ele vinculadas;

V – a construção, reforma, ampliação ou locação de imóveis destinados aos atendimentos dos direitos da juventude;

VI – o desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos e técnicas de gestão, planejamento, administração e controle das ações municipais de asseguramento dos direitos da juventude;

VII – outras despesas de caráter urgente e inadiável necessárias à execução dos programas, projetos e atividades do Conselho Municipal da Juventude.

**Art. 5º** Constituem ativos do Fundo Municipal da Juventude:

I – disponibilidade monetária em bancos ou em caixa especial oriunda das receitas específicas;

II – direitos que porventura vier a constituir;

III – bens móveis que lhe forem destinados;

IV – bens móveis ou imóveis que lhe sejam doados com ou sem ônus;

V – bens móveis ou imóveis destinados à sua administração.

Parágrafo Único. Anualmente se processará o inventário dos bens e direitos vinculados ao Fundo.

**Art. 6º** O orçamento do Fundo Municipal da Juventude de Itaqui integrará o Orçamento Geral do Município, observados os padrões e normas estabelecidos pela legislação pertinente.

Parágrafo Único. A contabilidade do Fundo será mantida e realizada pelo Município.

**Art. 7º** Aplicam-se ao Fundo Municipal da Juventude de Itaqui, as normas legais de controle, prestação e tomada de contas pelos órgãos de controle interno do Município de Itaqui, sem prejuízo da competência específica do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e do Tribunal de Contas da União.

**Art. 8º** As despesas decorrentes desta lei serão objeto de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 9º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 05 DE DEZEMBRO DE 2014.**

  
Gil Marques Filho  
Prefeito